



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

647  
M

**1ª Câmara de Direito Público**

**Recurso de Agravo no Reexame Necessário nº 0265545-6 (NPU 0007187-65.2007.8.17.0810)**

**Agravante:** M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos

**Agravado:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXECUÇÃO FISCAL EXTINTA. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APRECIÇÃO EQUITATIVA PELO MAGISTRADO. FIXAÇÃO DE ACORDO COM O ART. 20, § 4º, DO CPC. MAJORAÇÃO. NÃO CABÍVEL. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.**

1. *In casu*, houve a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios, uma vez que a Exceção de Pré-Executividade foi julgada procedente e a Execução Fiscal foi extinta. Em observância ao princípio da causalidade, aplicou-se o disposto no art. 20, §4º do CPC.

2. Levou-se em consideração a correta atuação do advogado durante todo o processo e o grau de zelo profissional, além da natureza e importância da causa, bem como o tempo exigido para o seu serviço, visto que o feito corre desde 2006.

3. Todas as questões trazidas pela Agravante com o intuito de ver aumentadas as verbas honorárias foram devidamente consideradas no momento em que foi proferida a decisão monocrática.

4. O Magistrado não está sujeito aos limites máximos e mínimos estabelecidos no art. 20, § 3º, CPC. Isso porque nas causas em que não há condenação, cabe ao julgador apreciar equitativamente, tal como o fez no presente caso.

5. Recurso de Agravo improvido, para manter a decisão combatida em todos os seus termos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de Agravo na Apelação/Reexame Necessário nº 0265545-6, em que são partes as acima indicadas, acordam os

6 (AG na AC 0265545-6)

*Erik* 7



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

648  
M

Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso de Agravo, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 05 de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

649  
M

**1ª Câmara de Direito Público**

**Recurso de Agravo no Reexame Necessário nº 0265545-6 (NPU 0007187-65.2007.8.17.0810)**

**Agravante:** M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos

**Agravado:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto em face da Decisão Terminativa de fls. 599/607, que deu parcial provimento ao Apelo interposto pela ora Agravante, a fim de elevar os honorários advocatícios ao montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Aduz a Agravante que a majoração da verba honorária foi desproporcional ao trabalho desenvolvido pelos patronos, bem como ao ganho econômico experimentado pela parte representada.

A Recorrente afirma que o processo exigiu não apenas análises técnicas e defesa de teses jurídicas, mas também a incursão dos procuradores no âmbito do serviço público brasileiro, a fim de conseguir documentos que pudessem amparar o direito da Representada.

Ademais, sustenta que os patronos atuam há mais de sete anos no patrocínio da causa, o que demanda estudo, trabalho e conhecimento jurídico.

Por fim, requer que os honorários sejam arbitrados no montante de 10% sobre o valor do crédito tributário, de acordo com o parâmetro estabelecido pelo art. 20, incisos e § 4º, do CPC, já que restam atualmente fixados em 1,03%.

É o Relatório.

Recife, 27 de 05 de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

650  
M

**1ª Câmara de Direito Público**

**Recurso de Agravo no Reexame Necessário nº 0265545-6 (NPU 0007187-65.2007.8.17.0810)**

**Agravante:** M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos

**Agravado:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

Aduz a Agravante que as verbas honorárias fixadas na Decisão Terminativa vergastada afiguram-se desproporcionais ao trabalho desenvolvido pelos advogados no patrocínio da causa. Isso porque o processo exigiu não apenas análises técnicas e a defesa de teses jurídicas, mas também a incursão dos procuradores no âmbito do serviço público brasileiro, a fim de conseguir documentos que pudessem amparar o direito da Representada, bem como a dedicação à causa por mais de sete anos, o que demanda estudo, trabalho e conhecimento jurídico.

*In casu*, houve a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios, uma vez que a Exceção de Pré-Executividade foi julgada procedente e a Execução Fiscal foi extinta. Aplicou-se o disposto no art. 20, §4º do CPC, em observância ao princípio da causalidade, assim definido por Nelson Nery Júnior:

*"Pelo princípio da causalidade, aquele que deu causa à propositura da demanda ou à instauração de incidente processual deve responder pelas despesas daí decorrentes."*

A jurisprudência do STJ está pacificada no sentido de ser possível a fixação de honorários advocatícios em Exceção de Pré-Executividade:

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. MATÉRIAS PASSÍVEIS DE ARGÜÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07-STJ. IMÓVEL ADQUIRIDO EM ILASTA PÚBLICA. TRIBUTOS DEVIDOS. INCLUSÃO NO PREÇO APURADO NA ARREMAÇÃO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. CABIMENTO. 1. A possibilidade de verificação de plano, sem necessidade de dilação probatória, delimita as matérias passíveis de serem*



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

651  
M

*deduzidas na exceção de pré-executividade, independentemente da garantia do juízo. Precedentes: EResp 614272 PR, Primeira Seção, Min. Castro Meira, DJ de 06.06.2005. 2. É entendimento sedimentado neste Tribunal o de que o preço apurado na arrematação compreende também os tributos devidos. Precedentes: AgrG no REsp 849025 RS, REsp 707605 SP. 3. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado no sentido de que é cabível a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios na hipótese de acolhimento de exceção de pré-executividade. 4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido (RESP 768.800/MG, REL. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, JULGADO EM 05/05/2009, DJE 13/05/2009).*

*PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. LEGITIMIDADE PASSIVA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESNECESSIDADE. NÃO INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. HONORÁRIOS. CABIMENTO. 1. A ratio legis do artigo 26, da Lei 6830, pressupõe que a própria Fazenda, sponte sua, tenha dado ensejo à extinção da execução, o que não se verifica quando ocorrida após o oferecimento de exceção de pré-executividade, situação em tudo por tudo assemelhada ao acolhimento dos embargos. 2. A verba honorária é devida pela Fazenda exequente tendo em vista o caráter contencioso da exceção de pré-executividade e da circunstância em que ensejando o incidente processual, o princípio da sucumbência implica suportar o ônus correspondente. 3. Raciocínio isonômico que se amolda à novel disposição de que são devidos honorários na execução e nos embargos à execução (§ 4º do art. 20 - 2ª parte) 4. A novel legislação processual, reconhecendo as naturezas distintas da execução e dos embargos, estes como processo de cognição introduzido no organismo do processo executivo, estabelece que são devidos honorários em execução embargada ou não. 5. In casu, forçoso reconhecer o cabimento da condenação da Fazenda Estadual em honorários advocatícios, porquanto o executado contratou procurador, que ofereceu exceção de pré-executividade, que foi acolhida para excluir a excipiente da relação processual. 6. A exceção de pré-executividade é servil à suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos*



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

652  
M

*pressupostos processuais e às condições da ação executiva. 7. A invocação de ilegitimidade passiva ad causam, via exceção de pré-executividade, afigura-se escorregia, uma vez cediço na Turma que o novel incidente é apto a veicular a ausência das condições da ação. Faz-se mister, contudo, a desnecessidade de dilação probatória (exceção secundum eventus probationis), porquanto a situação jurídica a engendrar o referido ato processual deve ser demonstrada de plano. 8. Ademais, restou assentado no acórdão recorrido que: "O magistrado de primeiro grau fundamentou a decisão agravada nos seguintes termos: (...) no presente caso, o que deve ser analisado é o tempo em que ocorreu o fato gerador e nota-se claramente que tal fato, como bem assevera a CDA, foi no mês de outubro de 1995. O excipiente alega e prova que saiu da sociedade em 14 de setembro de 1994. O excepto, em sua defesa, alega e discute todos os pontos argüidos na exceção, menos o fato da retirada da excipiente da sociedade. (...) Posto isso, sendo sabido que não se pode manejar uma ação contra quem não é parte legítima para figurar no pólo passivo e sendo questão de ordem pública, podendo, inclusive, ser reconhecida de ofício pelo juiz, acolho a exceção e determino a exclusão do nome da excipiente da relação processual". Consectariamente, infirmar referida conclusão implicaria sindicar matéria fática, interdita ao E. STJ em face do enunciado sumular n.º 07 desta Corte. 9. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. 10. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no REsp: 1051393 ES 2008/0089606-8, Relator: Ministro LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/06/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/08/2009)*

É bem verdade que não se pode desconsiderar a correta atuação do advogado durante todo o processo e o grau de zelo profissional, além da natureza e importância da causa, bem como o tempo exigido para o seu serviço, visto que o feito corre desde 2006.

Todas as questões trazidas pela Agravante com o intuito de ver aumentadas as verbas honorárias foram devidamente consideradas no momento em que foi proferida a decisão monocrática.

*Erik*



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Ocorre que o Magistrado não está sujeito aos limites máximos e mínimos estabelecidos no art. 20, § 3º, CPC. Isso porque nas causas em que não há condenação, cabe ao julgador apreciar equitativamente, tal como o fez no presente caso. Confiram-se os seguintes julgados do C. STJ no sentido de majorar as verbas honorárias, ainda que continuem aquém do referido limite:

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. OFENSA AOS ARTS. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO EM VALOR IRRISÓRIO REALIZADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO RECONHECIDA. 1. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que o montante fixado pelas instâncias ordinárias a título de honorários advocatícios somente pode ser alterado se patente seu exagero ou quando fixado de forma irrisória, sob pena de incidência da Súmula 7/STJ. Precedentes. 2. A jurisprudência do STJ tem considerado irrisórios honorários fixados em patamar inferior a 1% sobre o valor da causa. Precedentes. 3. A lei processual estabelece no § 4º do art. 20 do CPC que nas causas em que não há condenação, os honorários advocatícios devem ser fixados consoante apreciação equitativa do Juiz. Nessas situações, o julgador, além de não estar restrito aos limites percentuais mínimo e máximo previstos para as hipóteses onde há condenação, deve se basear nos seguintes parâmetros previstos no § 3º do art. 20 do CPC: a) o grau de zelo do profissional; b) o lugar de prestação do serviço; c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. 4. Consideradas as peculiaridades do processo, mostra-se devida a majoração dos honorários fixados pelo Tribunal de Origem. 5. Recurso especial provido para fixar os honorários devidos aos advogados da recorrente 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa. (STJ - REsp: 1218557 SC 2010/0197189-0, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 22/02/2011, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/03/2011, undefined)*

*AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM QUANTIA INFERIOR A 1% (UM POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE RECONHECEU A INSUFICIÊNCIA DO QUANTUM FIXADO, PROCEDENDO A SUA MAJORAÇÃO. 1. Hipótese em que a verba honorária, baseada no artigo 20, § 4º, do CPC, restou fixada em patamar inferior a 1% do valor da causa,*



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

654  
M

*afigurando-se, no caso dos autos, insuficiente a remunerar condignamente o causídico.* 2. Levando-se em conta a expressão econômica da demanda, bem como o trabalho desenvolvido pelo patrono dos autores, impõe-se a majoração para o percentual de 3% (três por cento) sobre o valor da causa. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ , Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 08/10/2013, T4 - QUARTA TURMA, undefined)

Dessa forma, não merecem prosperar as alegações da Agravante, pois as verbas foram devidamente fixadas de acordo com o art. 20, § 4º, do CPC, analisadas todas as questões suscitadas pela Agravante.

Pelas razões acima expostas, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO**, para manter a decisão monocrática em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator